



1. Sobre a diferença entre obrigação principal e acessória é correto afirmar que:

- a a obrigação principal envolve a relação jurídica tributária na sua integralidade, e nesse sentido acaba por englobar a obrigação acessória.
- b para a doutrina majoritária é coerente com o ordenamento jurídico nacional o CTN tratar a obrigação instrumental como acessória porque esta sempre acompanhará a principal.
- c para a doutrina majoritária se a obrigação acessória importa no cumprimento de uma atividade pelo contribuinte que auxilia a fiscalização, ela não pode ser denominada de instrumental ao tributo.
- d pode haver cobrança de obrigação acessória independentemente da existência de obrigação principal.
- e a obrigação principal quando adimplida importa em extinção da obrigação acessória.

Analise a situação abaixo, para responder a Questão 02:

Ao realizar atendimento a contribuinte na SEFA você se depara com a seguinte questão: o contribuinte recebeu um "aviso de cobrança" da Procuradoria, indicando que havia sido perpetrado um lançamento que não fora pago, tampouco impugnado, fixando novo prazo de trinta dias para pagamento do valor devido, sob pena de ajuizamento da execução fiscal respectiva. Consultando o processo administrativo, você descobriu que o "AR" com a notificação de lançamento havia sido entregue em endereço diverso do contribuinte; e ainda, no lançamento não constava o período sobre o qual o tributo não teria sido recolhido, tampouco a base de cálculo utilizada.

2. A partir dessa situação é correto afirmar que:

- a como o lançamento veicula norma individual e concreta derivada de lei, não precisa identificar o critério temporal e quantitativo do fato jurídico tributário.
- b considerando que todos os prazos para discussão administrativa foram perdidos pelo contribuinte, só lhe resta propor Ação Judicial, pois o Fisco em hipóteses como essa não pode fazer revisão de ofício.
- c no âmbito da Procuradoria da Fazenda não há mais espaço para revisão do crédito tributário, embora o ordenamento jurídico garanta que a última oportunidade de análise da legalidade do crédito seja feita pela Procuradoria Fazendária antes da inscrição em dívida ativa.
- d o ônus de manter o endereço do domicílio atualizado junto ao Fisco é do contribuinte, portanto, descabe agora a alegação de que competia ao Fisco encaminhar corretamente para o seu endereço o Lançamento.
- e o Lançamento é válido, mas ineficaz, pois a notificação irregular do sujeito passivo não desencadeou os efeitos de seus atributos, quais sejam, a presunção *juris tantum* e a exigibilidade.

3. Sobre a repartição das receitas tributárias é correto afirmar que:

- a a LC 141/2012, ao regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição Federal/1988, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Entes Federativos em saúde, impõe aos Municípios a obrigação de destinar à saúde 15% de todos os tributos que arrecadar, com exceção das receitas a que faz jus do IR.
- b a LC 141/2012, ao regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição Federal/1988, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Entes Federativos em saúde, não exclui dos 12% dos Estados e Distrito Federal as parcelas dos tributos transferidas aos Municípios.
- c a LC 141/2012, ao regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição Federal/1988, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Entes Federativos em saúde fere o princípio da não-afetação dos impostos.
- d a LC 141/2012, ao regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição Federal/1988, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Entes Federativos em saúde trata do produto da arrecadação dos impostos.
- e a LC 141/2012, ao regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição Federal/1988, dispondo sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Entes Federativos em saúde, ratifica as regras constitucionais da repartição das receitas tributárias, tratando de vinculação de receita.

4. Sobre a certidão negativa é correto afirmar que:

- a segundo o STJ, se o contribuinte ao declarar o tributo e pleitear compensação no mesmo ato, sem que haja uma notificação regular do indeferimento do pedido de compensação, a administração não pode se negar a expedir a certidão negativa.
- b as certidões positivas com efeitos de negativas não podem ser expedidas nos casos em que a ação de execução fiscal estiver em curso, ainda que o juízo esteja garantido, mediante penhora.
- c é ilegal a expedição de certidão da qual conste a existência de créditos não vencidos.
- d a certidão negativa expedida com dolo ou fraude, contendo erro em desfavor da Fazenda Pública exclui a responsabilidade pelo crédito do contribuinte recaindo o pagamento ao funcionário responsável que, se pagar, ficará isento da responsabilidade criminal e administrativa.
- e sem que haja despacho administrativo ou judicial indicando a suspensão da exigibilidade do crédito não é possível a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.

5. Sobre o Princípio da Tipicidade Cerrada e Estrita Legalidade é correto afirmar que:
- a) seguindo o Ministro Carlos Velloso, o STF firmou entendimento de que tanto o regulamento *praeter legem* como o *intra legem* não tem respaldo na ordem constitucional.
  - b) seguindo o Ministro Carlos Velloso, o STF apreciando o regulamento da contribuição SAT – Seguro de Acidente do Trabalho, entendeu que quando a lei deixou para o regulamento a complementação de alguns conceitos, feriu a Estrita Legalidade.
  - c) para o Ministro Carlos Velloso, seguido pelo STF, o regulamento quando complementa conceitos, após a fixação em lei da regra matriz de incidência do tributo, não ofende a legalidade genérica, nem a tributária.
  - d) o Ministro Carlos Velloso inaugurou no STF o entendimento de que o regulamento *praeter legem* tem legitimidade constitucional.
  - e) o Ministro Carlos Velloso inaugurou no STF o entendimento de que o regulamento delegado não condiz com a ordem jurídico-constitucional.
6. Sobre os Princípios Constitucionais Tributários e o Conceito de Tributo é correto afirmar que:
- a) a doutrina que defende que o Princípio da Capacidade Contributiva se aplica a todos os tributos sustenta que certas finalidades tributárias não exigem financiamento solidário (segurança, infra-estrutura), nem individuais (habite-se, vistorias, coletas de lixo), mas de um grupo social.
  - b) a doutrina defensora do Princípio da Capacidade Contributiva aplicável a todos os tributos admite as contribuições sociais como espécie devida por grupos específicos não em razão da solidariedade, mas por força do princípio da retributividade.
  - c) a doutrina que entende que o Princípio da Capacidade Contributiva se aplica apenas aos impostos defende que a solidariedade da teoria dos impostos se desloca para o âmbito das contribuições sociais.
  - d) a doutrina que defende que o Princípio da Capacidade Contributiva se aplica a todos os tributos sustenta que isso ocorre porque as taxas se regem pelo princípio do ressarcimento, ou seja, quando as necessidades públicas são por elas financiadas.
  - e) a doutrina que entende que o Princípio da Capacidade Contributiva se aplica apenas aos impostos defende que é característica destes a solidariedade, servindo a pessoalidade, a progressividade e a proporcionalidade como base axiológica jurídica para eles.
7. Sobre as Súmulas Vinculantes do STF em matéria tributária é correto afirmar que:
- a) antes da Súmula Vinculante nº 28, para o contribuinte ajuizar ação para discutir crédito tributário precisava realizar depósito prévio, nos termos do art. 38 da LEF.
  - b) antes da Súmula Vinculante nº 21 para o contribuinte interpor certos recursos dentro do processo administrativo fiscal precisava realizar arrolamento ou depósitos prévios.
  - c) após o advento da Súmula Vinculante nº 21 o arrolamento de bens do art. 64 da Lei 9.532/1977, passou a ser inconstitucional.
  - d) a Súmula Vinculante nº 31 possibilita a incidência de ISS sobre locação de bens móveis.
  - e) a Súmula Vinculante nº 32 possibilita a incidência do ICMS sobre alienação pelas seguradoras de bens salvos de sinistro.
8. Sobre os benefícios fiscais é correto afirmar que:
- a) os convênios celebrados entre os Entes da Federação têm concedido além da isenção, a redução da base de cálculo, mas não créditos presumidos e anistias.
  - b) se um Estado conceder unilateralmente (sem convênio) incentivo fiscal a contribuinte que forneça mercadoria tributada a empresa localizada em outro Estado, e esta se aproprie do respectivo crédito, a glosa do Fisco destinatário não tem previsão legal.
  - c) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE concluiu, em consulta sobre nocividade à livre concorrência da “guerra fiscal”, que os incentivos concedidos ao arripio de convênios importam em favorecimento indevido.
  - d) o STF consagrou por meio da Súmula 615 que o princípio constitucional da anualidade (anterioridade) se aplica à revogação de isenção de ICMS.
  - e) as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais somente podem ser concedidos e revogados através de Lei Complementar.

- 9.** Sobre o parcelamento de débito tributário é correto afirmar que:
- a** o princípio da capacidade contributiva restou violado pela Lei 11.101/2005 ao autorizar o parcelamento do crédito tributário às empresas que tiveram deferidos pedidos de recuperação judicial.
  - b** segundo o STJ, o pedido de parcelamento que pressupõe a renúncia de ações judiciais inviabiliza o recebimento pelo Fisco dos honorários sucumbenciais resultantes da renúncia.
  - c** para o STJ se após a realização do bloqueio "on line", o contribuinte aderir ao parcelamento, em razão da suspensão da exigibilidade do crédito, resta desconstituída a garantia do juízo.
  - d** o fato de Estados e Municípios não poderem fixar prazos de parcelamento menores do que os previstos em lei federal importa em quebra do pacto federativo por interferência na autonomia dos Entes.
  - e** o prazo mínimo de parcelamento, em razão do art. 146, III, b da CF/88, por ser fixado em lei federal, é considerado por parte da doutrina como uma norma geral da legislação tributária.
- 10.** Sobre os créditos tributários gerados no processo falimentar é correto afirmar que:
- a** a nova redação do art. 188 do CTN estabeleceu no §1º que as questões de mérito da cobrança do crédito tributário, discutidas por meio de embargos, devem ser remetidas ao juízo universal da falência.
  - b** a nova redação do art. 188 do CTN quer dizer que os créditos tributários oriundos de fatos geradores ocorridos no curso do processo falimentar vão para o fim da fila dos créditos falimentares.
  - c** pela nova redação do art. 188 do CTN os créditos tributários que surgirem de fatos geradores no curso do processo falimentar não devem ser satisfeitos diretamente pela massa falida.
  - d** o art. 188 do CTN, com o advento da LC 118/2005 passou a considerar extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo falimentar.
  - e** com o advento da LC 118/2005, o art. 188 do CTN passou a prever que os créditos tributários vencidos ou vincendos serão pagos preferencialmente a quaisquer outros, como encargos da massa falida.
- 11.** Acerca da cobrança do crédito tributário, analise as afirmativas abaixo:
- I. Se um Estado precisar alterar o sujeito passivo de uma obrigação tributária, poderá fazê-lo mediante substituição da CDA até após a prolação de sentença em embargos à execução.
  - II. Segundo o STJ, o IBAMA, ao cobrar Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA sem identificar o prazo para recolhimento ou impugnação, torna nulo o Auto de Infração.
  - III. O STJ no julgamento do REsp. 879.844/MG, DJE 25.11.2009, representativo de controvérsia, reconheceu a ilegalidade da aplicação da Taxa SELIC na correção dos débitos que os contribuintes tenham para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.
  - IV. Para o STJ A exigibilidade da taxa de licença prescinde de comprovação do efetivo exercício da atividade fiscalizatória, face à notoriedade do exercício do poder de polícia pelo aparato existente no órgão público encarregado.
  - V. Segundo o STJ, a simples existência de execução fiscal, cobrando taxa por ausência de registro do profissional químico, demonstra a efetiva fiscalização do Conselho Regional de Química, no exercício do poder de polícia.
- A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:
- a** III, IV e V
  - b** I, II e V
  - c** II, III e IV
  - d** II, IV e V
  - e** I, II e III
- 12.** Sobre o Princípio Constitucional da Anterioridade, é correto afirmar que:
- a** as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído, de acordo com a EC 42/2003.
  - b** a noventena da EC 42/2003 não se aplica à integralidade dos tributos, pois a alteração de base de cálculo do IPVA apenas observará a Anterioridade Anual.
  - c** a EC 42/2003 ratificou a necessidade de observância pelas contribuições sociais do art. 195 da CF/88 ao Princípio da Anterioridade Anual.
  - d** a noventena instituída pela EC 42/2003 mitigou os efeitos do Princípio da Anterioridade.
  - e** pela aplicação da Súmula 669 do STF, a lei estadual que altera o prazo de recolhimento do IPVA deve observar o Princípio da Anterioridade.

- 13.** Sobre a taxa de coleta de lixo, é correto afirmar que:
- a** para o STF a utilização de um dos elementos que compõem a base de cálculo do IPTU para fins de base de cálculo da Taxa de Coleta de Lixo importa em inconstitucionalidade.
  - b** se a alíquota da Taxa de Coleta de Lixo for aferida pela metragem da área construída do imóvel haverá bitributação.
  - c** o STF entende que como o custo do serviço é a base imponible da Taxa de Coleta de Lixo ela não é inconstitucional, daí ter editado as Súmulas Vinculantes Nº 19 e 29.
  - d** segundo o STF, o cálculo da taxa de coleta de lixo baseado na metragem do imóvel implica em bitributação com o IPTU.
  - e** se a base de cálculo da taxa de coleta de lixo for a dimensão da área construída do imóvel ela será inconstitucional, à luz do art. 145, §2º da CF/88.
- 14.** Sobre a capacidade tributária passiva é correto afirmar que:
- a** segundo o STJ, se uma empresa não estiver regularmente constituída como pessoa jurídica, não terá direito a ingressar no REFIS (programa de recuperação fiscal).
  - b** o advogado não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, ao auferir renda da prática da advocacia, não terá competência tributária passiva.
  - c** não será contribuinte do IPVA o menor de 18 (dezoito) anos proprietário de veículo automotor.
  - d** a situação irregular de uma empresa não afasta a obrigação de recolher tributo, em razão da cláusula "non olet".
  - e** o menor de idade não tem capacidade para compor a relação jurídica obrigacional tributária na condição de sujeito passivo.
- 15.** Sobre o princípio da capacidade contributiva e sua implementação, é correto afirmar que:
- a** tendo em vista a noção de direito administrativo que o "poder" para a administração é "dever", tanto o ICMS quanto o IPI devem ser seletivos.
  - b** a seletividade implementa o Princípio da Capacidade Contributiva quando importar em desoneração de tributos para o desenvolvimento regional.
  - c** a seletividade e a progressividade são técnicas legislativas que não derivam da Capacidade Contributiva e do Não-Confisco.
  - d** a progressividade é tão injusta quanto a proporcionalidade em tributos diretos, gerando o confisco.
  - e** a seletividade é uma técnica legislativa que não contribui com a implementação do Princípio da Capacidade Contributiva.
- 16.** A respeito do disposto na Lei Complementar Estadual nº58/96, assinale a alternativa correta.
- a** Na hipótese de recusa da exibição de mercadorias por parte do contribuinte, a fiscalização deverá solicitar, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada, autorização para lacrar os depósitos em que possivelmente eles estejam.
  - b** Em relação às informações cadastrais atualizadas relativas a estabelecimento, tomando conhecimento de verdade diversa da consignada nos registros sobre o contribuinte, a autoridade fiscal pode efetuar de ofício a alteração da informação incorreta, cientificando o contribuinte no prazo de 10 (dez) dias após a alteração.
  - c** O Estado estabelecerá normas e rotinas de atendimento nas repartições administrativas e fazendárias, que permitam ao contribuinte a proteção contra o exercício abusivo do poder de cobrança de tributo.
  - d** O contribuinte terá acesso pleno e gratuito às informações a seu respeito detidas pela repartição fazendária, exceto àquelas protegidas por sigilo.
  - e** O contribuinte tem direito de apresentar, em prazo não inferior a trinta dias, os documentos solicitados pelas autoridades competentes qualquer que seja a ação fiscal.
- 17.** Quanto às obrigações tributárias acessórias referentes ao ICMS, assinale a alternativa correta.
- a** A não solicitação da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais (AIDF) a que estava obrigado, no prazo de 60 (sessenta) dias após concessão da inscrição no Cadastro de Contribuintes, sujeita o contribuinte à suspensão da inscrição.
  - b** A utilização obrigatória da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é vedada pela legislação fiscal do Estado do Pará.
  - c** A emissão de Cupom Fiscal é obrigatória para os estabelecimentos com receita bruta anual acima de R\$100.000,00 (cem mil reais) que exerçam a atividade de venda de mercadorias a pessoa não contribuinte do ICMS.
  - d** O lançamento dos documentos fiscais será feito a tinta, com clareza, não podendo atrasar-se por mais de 10 (dez) dias, ressalvados os livros para cuja escrituração forem atribuídos prazos especiais.
  - e** A Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF) poderá ser exigida das pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção.

**18.** A Mineradora Sol S/A declarou à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará ter extraído, no mês de janeiro de 2013, a quantidade de 20,5 mil toneladas de minério de ferro livre de rejeitos. A Mineradora sofreu ação fiscal, tendo sido cientificada, em 30/08/2013, sexta-feira, da lavratura de auto de infração pelo não recolhimento do valor devido a título de TFRM. Diante da situação narrada, analise as afirmativas abaixo:

- I. A Mineradora Sol S/A deveria ter recolhido ao Estado do Pará, a título de TFRM, valor correspondente a 60 mil UPF-PA.
- II. O vencimento do prazo original para recolhimento da taxa devida ocorreu em 01/03/2013, sexta-feira.
- III. Em razão da falta de recolhimento da taxa, a mineradora será instada a pagar multa correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do tributo devido.
- IV. Caso a mineradora efetue o pagamento integral do crédito tributário devido até 01/10/2013, o valor da penalidade aplicada será reduzido em 50% (cinquenta por cento).
- V. Diante da penalidade aplicada, a mineradora poderá exercer seu direito de defesa perante a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará, conforme regulamento editado pelo órgão.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** II e III
- b** II, IV e V
- c** III e IV
- d** I, III e V
- e** I e II

**19.** Estabelecimento industrial sediado no Pará importou do exterior equipamento sofisticado para seu ativo imobilizado. O valor do equipamento, constante nos documentos de importação foi de US\$1,000.00, convertidos em moeda nacional pelo câmbio de R\$2,15. O imposto de importação incidente sobre a operação foi calculado sobre o valor de US\$1,500.00, fixado pela autoridade aduaneira, resultando em um pagamento de US\$300.00 convertido em Reais à taxa de câmbio de R\$ 2,20. As demais despesas aduaneiras somaram R\$180,00, o imposto cambial foi de R\$80,00 e o valor pago a título de IPI foi de R\$330,00. O Estabelecimento arcou com os custos do seguro do equipamento no valor de R\$200,00 e, ao recebê-lo, contratou o frete do bem do aeroporto até sua sede, no valor de R\$300,00. Considerando a situação descrita, e aplicando o disposto na redação atual da Lei Estadual nº 5.530/89, assinale a alternativa correta.

- a** A operação está sujeita ao pagamento de ICMS, aplicando-se a alíquota de 17% sobre o valor do equipamento constante nos documentos de importação, acrescido do valor do seguro e do frete.
- b** A operação está sujeita ao pagamento de ICMS, tendo por base de cálculo o valor de R\$5.050,00.
- c** A operação está sujeita ao pagamento de ICMS, devendo o comprador recolher ao fisco estadual a esse título o valor de R\$332,50.
- d** Não incide ICMS na operação.
- e** A operação está sujeita ao pagamento de ICMS, tendo por base de cálculo o valor de R\$3.900,00.

**20.** Tendo por base o disposto nas Leis Estaduais Nºs 5.055/82 e 7.591/11 e respectivas alterações, assinale as afirmativas abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir marque a opção que contém a sequência correta.

- ( ) Responde solidariamente pela quitação do crédito tributário devido, o serventuário de ofício que formalizar o ato pressuposto do fato gerador do tributo previsto na Lei Estadual nº 5.055/82 sem o pagamento integral de seu valor.
- ( ) Caso sejam omissos os documentos emitidos pelo contribuinte, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor do tributo de que trata a Lei Estadual nº7.591/11, conforme regulamento.
- ( ) A indicação de forma incorreta das informações relativas à apuração e ao pagamento do valor do tributo de que trata a Lei Estadual nº7.591/11 sujeita o infrator a multa de 1.000 (mil) UPF-PA por declaração.
- ( ) Os servidores públicos estaduais não são obrigados a exibir à fiscalização os documentos relacionados com a cobrança do tributo previsto na Lei Estadual nº 5.055/82.

A sequência correta é:

- a** V,V,F,F
- b** V,F,V,F
- c** F,F,V,V
- d** F,V,F,V
- e** V,F,F,V

**21.** Considerando o disposto no Regulamento do ICMS, analise as situações a seguir indicadas:

- 1ª Consumidor final do Estado do Pará adquire refrigerantes de estabelecimento situado no Pará.
- 2ª Consumidor final do Estado do Pará importa fogos de artifício da Espanha.
- 3ª Estabelecimento situado no Rio de Janeiro transfere mercadoria a estabelecimento do mesmo titular situado no Pará.
- 4ª Indústria situada no Pará compra energia elétrica proveniente do mesmo Estado.
- 5ª Passageiro adquire passagem e embarca em Belém, em aeronave comercial, com destino a São Paulo.

Assinale a alternativa que contém as alíquotas do ICMS aplicáveis a cada uma das situações acima respectivamente:

- a) 21%; 17%; 12%; 30%; 4%
- b) 12%; 21%; 17%; 7%; 25%
- c) 25%; 12%; 4%; 17%; 17%
- d) 21%; 30%; 7%; 25%; 4%
- e) 17%; 25%; 12%; 30%; 7%

**22.** Acerca do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação (ITCD) analise as afirmativas abaixo:

- I. O imposto incidente nas doações de quaisquer bens ou direitos, poderá ser objeto de parcelamento no limite máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais e sucessivas.
- II. Declarada a nulidade do ato de transmissão, por sentença judicial transitada em julgada, o imposto pago será obrigatoriamente restituído.
- III. A não aceitação pela Fazenda Pública do valor declarado pela parte e o requerimento de avaliação contraditória, observados os ditames legais, interrompem a fluência do prazo regulamentar de pagamento do tributo.
- IV. O parcelamento do imposto regularmente concedido será imediatamente revogado, independente de comunicação prévia ao contribuinte ou responsável, na hipótese do não-pagamento de 2 (duas) parcelas mensais e consecutivas.
- V. O pedido de parcelamento do imposto devido deve ser instruído, dentre outros documentos, com o comprovante de pagamento da primeira parcela, no valor mínimo de 10% (dez por cento) do montante do crédito tributário a ser parcelado.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) II, III e IV
- b) I, II e III
- c) II, IV e V
- d) I, IV e V
- e) I, II e V

**23.** De acordo com a regulamentação do ICMS atualmente vigente a respeito das operações com tratamento tributário específico, assinale as afirmativas abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir marque a opção que contém a sequência correta.

- ( ) O estabelecimento localizado em Belém que adquire sal de cozinha refinado oriundo de João Pessoa, sem que o imposto tenha sido retido pelo estado da Paraíba, fica sujeito ao recolhimento antecipado do ICMS correspondente à operação subsequente, a ser efetuada pelo próprio contribuinte.
- ( ) Nas operações de importação do exterior de trigo em grão é atribuída ao importador a responsabilidade pela retenção e recolhimento do ICMS, na condição de substituído tributário, pelo imposto correspondente às operações subsequentes.
- ( ) É permitida a redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares que utilizem serviços de músicos paraenses, respeitadas as condições legais, excetuando-se, em qualquer hipótese, o fornecimento ou saída de bebidas.
- ( ) São isentas do ICMS as saídas internas de telhas, tijolos e pisos cerâmicos, destinados à utilização no Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, permanecendo a carga tributária de 6% (seis por cento) para as demais operações com produtos fabricados neste Estado pela indústria oleiro-cerâmica.

A sequência correta é:

- a) V,V,F,F
- b) V,F,V,F
- c) F,F,V,V
- d) F,V,F,V
- e) V,F,F,V

**24.** Zebda Ltda., sediada no Estado do Pará, com atividade industrial, promove as seguintes operações: 1ª remessa de mercadoria destinada a restauração; 2ª venda de produtos para um país nórdico; 3ª venda de produtos para um estado do Sudeste brasileiro; 4ª remessa de produtos de sua fabricação para um de seus estabelecimentos localizado no Estado do Ceará. Com relação ao tratamento tributário quanto ao ICMS destas operações, todas destinadas a contribuintes do imposto, assinale a alternativa correta.

- a** 1ª. não incidência;  
2ª. imunidade;  
3ª. incidência, calculada à alíquota de 7%;  
4ª. incidência, calculada sobre o custo da mercadoria produzida.
- b** 1ª. suspensão; 2ª. diferimento;  
3ª. incidência, calculada à alíquota de 18%;  
4ª. incidência, calculada sobre o preço FOB estabelecimento industrial à vista.
- c** 1ª. imunidade;  
2ª. isenção;  
3ª. incidência, calculada à alíquota de 12%;  
4ª. incidência, calculada sobre o preço corrente da mercadoria produzida.
- d** 1ª. suspensão;  
2ª. imunidade;  
3ª. incidência, calculada à alíquota de 12%;  
4ª. incidência, calculada sobre o valor de custo da mercadoria produzida.
- e** 1ª. isenção;  
2ª. isenção;  
3ª. incidência, calculada à alíquota de 7%;  
4ª. incidência, calculada sobre o preço praticado pela empresa com comprador não considerado interdependente.

**25.** Fausto, motorista profissional autônomo, adquiriu, em 01 de março de 2012, automóvel novo, cujo valor venal constante da nota fiscal, foi R\$24.000,00, tendo requerido e obtido isenção do IPVA, apresentando documentos que demonstravam seu enquadramento nos requisitos legais. Em junho de 2012 a autoridade fiscal, após instaurar procedimento administrativo tributário, constatou que Fausto utilizou documentos fraudados para obter a isenção. Tendo em vista a situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a** Sem prejuízo do pagamento do imposto devido, atualizado monetariamente, e dos acréscimos decorrentes da mora, conforme o disposto na Lei Nº 6.182/98, Fausto será punido com multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto.
- b** Antes da lavratura do auto de infração, Fausto poderá realizar denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto devido, sem qualquer acréscimo.
- c** A autoridade administrativa deverá lavrar auto de infração, formalizando lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 600,00, referente ao imposto devido, acrescido de multa de R\$1.200,00, não passível de parcelamento.
- d** A autoridade fiscal lavrará auto de infração, aplicando multa no valor de 100 (cem) UPF-PA, que poderá ser objeto de parcelamento, em até dez parcelas mensais, iguais e sucessivas.
- e** Antes de lavrar o auto de infração, a autoridade deverá intimar Fausto a recolher o imposto, acrescido de multa de mora, no prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação.

**26.** Com relação ao disposto no Livro Quinto do Regulamento atual do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), analise as afirmativas abaixo:

- I. A autorização da autoridade hierarquicamente superior é condição necessária para o que o servidor responsável por fiscalização possa solicitar a instituições financeiras em funcionamento no Estado informações sobre negócios de terceiros.
- II. A preterição do direito de defesa nulifica a decisão proferida, ainda que exarada de autoridade plenamente competente.
- III. O embaraço à fiscalização sujeita o infrator a multa que varia de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) UPF-PA, conforme a gravidade da conduta.
- IV. A participação em leilão fiscal de mercadorias destinadas à comercialização é restrita às pessoas jurídicas, porém, os leilões fiscais de bens de outra natureza serão públicos, permitindo a participação de quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, sem restrição.
- V. Permitir a realização de intervenção técnica em equipamento emissor de cupom fiscal por empresa não-credenciada para esse fim, junto à Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, sujeita o infrator a multa equivalente a 1.000 (mil) UPF-PA por documento.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** II, III e IV
- b** I, II e V
- c** I, IV e V
- d** III, IV e V
- e** I, II e III



- 27.** Pneubom Ltda., fabricante de pneumáticos situada no Pará, deu saída a 100 unidades de pneus novos para motocicletas, destinados a estabelecimento contribuinte de ICMS, também situado no Pará, para fins de comercialização. O preço de venda foi de R\$ 50,00 a unidade. Na operação, incidiu IPI no valor R\$1.000. O frete e o seguro cobrados do destinatário foram de, respectivamente, R\$300,00 e R\$200,00. Não há tabela oficial fixando o preço final de venda ao consumidor. Considerando a situação descrita, e tendo em vista o disposto na redação atual da Lei Estadual nº 5.530/89 e no Regulamento do ICMS, assinale a alternativa correta.
- a** O valor do ICMS a ser recolhido por Pneubom Ltda. referente à substituição tributária é de R\$1.768,00.
  - b** O valor do ICMS a ser recolhido por Pneubom Ltda. referente à substituição tributária é de R\$833,00.
  - c** A operação descrita não se submete ao recolhimento do imposto pelo regime de substituição tributária.
  - d** É assegurado a Pneubom Ltda. o direito à restituição do imposto recolhido por força da substituição, correspondente a fato gerador presumido que não se realizar.
  - e** O valor do ICMS a ser recolhido por Pneubom Ltda. referente à substituição tributária é de R\$935,00.

Para responder à questão 28, analise a situação abaixo descrita, considerando-a ocorrida no ano corrente, marcando, em seguida, a alternativa correta.

O contribuinte Nélio após a nota de "ciente" no auto de infração, relativo à exigência de crédito tributário, no dia 02 de setembro, segunda-feira. Na intimação, foi consignado prazo de 15 dias para apresentação da defesa. No dia 04 de setembro, quarta-feira, o fiscal autuante encaminhou à autoridade competente o auto de infração com os documentos que o acompanham. No dia 06 de setembro, sexta-feira, a autoridade preparadora, entendendo ter havido irregularidade no prazo, reabriu-o. O AR relativo à notificação de reabertura do prazo foi recebido pelo contribuinte em 13 de setembro e juntado ao processo em 20 de setembro.

- 28.** Diante da situação descrita, é correto afirmar que:
- a** a autoridade preparadora se equivocou, pois o prazo para impugnação consignado na notificação está de acordo com o previsto na legislação.
  - b** a impugnação apresentada em 22 de outubro não será considerada intempestiva.
  - c** o prazo final para apresentação de impugnação termina no dia 14 de outubro, segunda-feira.
  - d** se o contribuinte apresentar a impugnação no dia 06 de outubro, o órgão fazendário que a receber deverá juntá-la ao processo de apuração do crédito tributário, para encaminhamento ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários.
  - e** se o contribuinte apresentar impugnação em 23 de outubro a mesma não será encaminhada ao órgão de julgamento.

- 29.** João, consumidor final, adquiriu, em 31 de março de 2012, automóvel novo, cujo valor venal constante da nota fiscal foi R\$48.000,00, tendo pago correta e pontualmente o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Em 10 de outubro do mesmo ano o veículo foi roubado e não mais encontrado. Tendo em vista a situação descrita, assinale a alternativa correta.
- a** O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$1.200,00, tendo João direito à restituição de R\$200,00 em razão da perda total do veículo antes do final do exercício.
  - b** O valor do IPVA pago foi de R\$1.000,00, não havendo direito a qualquer restituição.
  - c** O valor do IPVA foi R\$900,00, não havendo direito a qualquer restituição.
  - d** O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$1.000,00, tendo João direito à restituição de R\$200,00 em razão da perda total do veículo antes do final do exercício.
  - e** O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$1.200,00, não havendo direito à restituição.
- 30.** Felix, natural de Belém e residente e domiciliado em São Paulo, veio a falecer deixando testamento em favor de João, residente em Campinas, e de José, residente em Belém. Pelo testamento, foram destinados a João um sítio em Marituba e um lote de ações da Petrobrás, e a José uma casa de praia em Santos e uma coleção de relógios de ouro. O inventário processou-se em São Paulo. Considerando os dados acima e o disposto na lei estadual que rege o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens e direitos (ITCD) e alterações, assinale as afirmativas abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir marque a opção que contém a sequência correta.
- ( ) José é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Pará, incidente sobre a casa.
  - ( ) José é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Pará, incidente sobre a coleção de relógios de ouro.
  - ( ) João é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Pará, incidente sobre o sítio.
  - ( ) João é contribuinte do ITCD, devido ao Estado do Pará, incidente sobre as ações da Petrobrás.
  - ( ) João não é contribuinte do ITCD devido ao Estado do Pará.
  - ( ) José não é contribuinte do ITCD devido ao Estado do Pará.
- A sequência correta é:
- a** F, F, V, F, F, V
  - b** V, V, F, F, F, V
  - c** F, F, F, V, V, V
  - d** V, F, F, V, V, F
  - e** F, V, V, F, V, F

**31.** A Indústria Primavera é uma empresa que produziu e comercializou, no exercício social de 2012, um único produto: detergente. A fábrica entrou em operação no referido ano, não havendo, portanto, qualquer tipo de estoque no início do exercício fiscal de 2012. Durante este período a contabilidade reporta dados da produção e das despesas incorridas:

- 500 unidades produzidas e acabadas
- Custo variável de fabricação: R\$ 5,00 por unidade
- Custos fixos de fabricação: R\$ 10.000,00
- Despesas operacionais de administração e vendas: R\$ 4.000,00
- 300 unidades vendidas
- Preço líquido de venda por unidade: R\$ 40,00

Com base na apuração do resultado considerando os dois métodos de custeio (custeio variável e custeio por absorção), analise as afirmativas abaixo.

- I. No custeio variável apura-se um prejuízo líquido de \$3.500,00, enquanto no custeio por absorção apura-se um lucro líquido de \$500,00.
- II. No custeio variável, a margem de contribuição é de R\$9.500,00, enquanto no custeio por absorção apura-se um prejuízo bruto de R\$500,00.
- III. O estoque final pelo custeio variável é de R\$1.000,00, enquanto que pelo custeio por absorção é de R\$5.000,00.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a** I, II e III
- b** II e III
- c** I e III
- d** I e II
- e** I

**32.** A Cia. Juruti apresentou os seguintes dados referentes a seu último mês de atividade:

- Capacidade produtiva unidades	15.000
- Produção efetiva = Vendas unidades	10.000
- Custos fixos	\$12.000,00
- Despesas fixas	\$8.000,00
- Custos variáveis	\$4,00/u
- Despesas variáveis	\$2, 00,/u.
- Preço de venda	\$10,00/u
- Depreciação (embutido nos custos e despesas fixas)	\$2.000,00

Com base nessas informações é correto afirmar que:

- a** o ponto de equilíbrio econômico é em 6.000 unidades e o ponto de equilíbrio financeiro é de 5.000 unidades.
- b** o ponto de equilíbrio financeiro é em 4.500 unidades e o ponto de equilíbrio contábil é de 6.000 unidades.
- c** o ponto de equilíbrio financeiro é em 5.000 unidades e o ponto de equilíbrio econômico é de 6.000 unidades.
- d** o ponto de equilíbrio contábil é em 5.000 unidades e o ponto de equilíbrio econômico é de 6.000 unidades.
- e** o ponto de equilíbrio econômico é em 4.500 unidades e o ponto de equilíbrio contábil é de 6.000 unidades.

**33.** De acordo com os fundamentos do Sistema de Custos Baseado nas Atividades, julgue os itens abaixo, como Verdadeiro ou Falso, e em seguida assinale a alternativa correta.

- ( ) O sistema custeio ABC (*Activity Based Costing*) é um aprimoramento do custeio variável. A diferença consiste no fato deste último se utilizar variados critérios de rateio dos custos indiretos, enquanto o sistema ABC primeiro apropria os custos diretos aos produtos; depois rastreia os custos indiretos das atividades aos produtos, e por fim, os custos indiretos que não puderam ser rastreados, são rateados para apuração do custo total unitário de cada produto.
- ( ) O sistema de custeio ABC apesar de representar um aprimoramento na sistemática de apropriação dos custos indiretos e de poder ser aplicado também a empresas comerciais e prestadoras de serviços, não é aceito pelo fisco como base de cálculo dos custos que serão considerados na apuração do lucro tributável.
- ( ) O custeio sistema de ABC considera que praticamente todas as atividades de uma empresa existem para apoiar a produção de bens e serviços, portanto, devem ser consideradas como integrantes dos custos plenos dos produtos, como é o caso dos gastos com logística, marketing, distribuição, tecnologia de informação etc., em vez de serem tratados como gastos fixos ou indiretos.
- ( ) Os direcionadores de custos (*cost drivers*) possuem o propósito de associar de forma mais precisa o uso dos recursos com o custo dos produtos. A essa sistemática dá-se o nome de rastreamento de custos, que tende a apurar o custo do produto com mais precisão do que o rateio.

A sequência correta é:

- a** F, F, F, V
- b** F, V, V, V
- c** F, V, F, F
- d** V, F, V, F
- e** V, F, F, V

**34.** A Indústria Monte Alegre S/A, fabricante de produtos para festas, iniciou suas atividades durante o mês de setembro/13 com a injeção de capital pelos sócios no valor de R\$300,00 e mais um financiamento bancário no valor de R\$200,00. Durante esse mês aconteceram os seguintes fatos:

- I. Comprou a vista, máquinas e equipamentos que serão utilizadas pelo setor de produção.
- II. Comprou, a prazo, de matéria prima que serão utilizadas na fabricação dos produtos.
- III. Somente nesta data, o setor de produção requisitou 40% da matéria prima para consumo no processo produtivo e foi detectado que outros 10% da matéria prima estragou pelo mau acondicionamento no almoxarifado.
- IV. Do montante dos gastos com salários e encargos, 60% é relacionado a funcionários da produção, o restante é do setor de vendas e administração. Mas o montante de salários e encargos será pago somente no quinto dia útil do mês de outubro/2013.
- V. Pagou, ao final do mês, os juros de \$10, referente ao financiamento bancário que foi utilizado para compra das máquinas do setor de produção.

Sabe-se que a produção de setembro ainda não foi vendida, pois os produtos ainda estão em acabamento. Com base nessas informações e considerando os conceitos básicos que fundamentam a contabilidade de custos, é correto afirmar que:

- a) No item V, há um desembolso, um custo e um investimento.
- b) No item III, há um custo, um desembolso e uma perda.
- c) No item IV, há um custo, uma despesa e um desembolso.
- d) No item I, há um gasto, um investimento e um custo.
- e) No item II, há um gasto, um desembolso e um custo.

**35.** Quanto ao Ativo Intangível é **INCORRETO** afirmar que:

- a) São exemplos de ativos intangíveis os gastos com pesquisa de novos produtos e gastos com desenvolvimento de produtos já existentes.
- b) Ser identificável, controlado pela entidade e gerar benefícios econômicos futuros que pode ser em forma de geração de receita de venda de produtos e serviços ou redução de custos, por exemplo.
- c) Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se for provável que os benefícios econômicos futuros sejam em favor da entidade e o custo deste ativo seja mensurado com confiabilidade.
- d) A imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle de um ativo intangível, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.
- e) Nos termos do pronunciamento 04 do CPC ( Comitê de Pronunciamento Contábeis), o ativo intangível precisa ser identificável para se diferenciar do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura.

**36.** Em relação às reorganizações societárias mediante os processos de incorporações, fusões ou cisões é correto afirmar que:

- I. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes (S/A ou Ltda.) e deverão ser deliberadas na forma prevista para alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- II. Cisão é a operação pela qual a companhia transfere seu patrimônio para uma ou mais sociedades constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, não podendo haver cisão parcial.
- III. Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que se sucederá em todos os direitos e obrigações.
- IV. Incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que a sucede em todos os direitos e obrigações.
- V. Uma companhia emissora de debêntures em circulação ficará sempre obrigada a prévia autorização dos debenturistas sob pena de nulidade da incorporação, fusão ou cisão.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) II, III e IV
- b) I, III e V
- c) II, IV e V
- d) I, IV e V
- e) I, III e IV

37. A Indústria de Cachaça Garrafão do Norte S/A, quer determinar o custo de seus produtos. Sabe-se que a empresa produz e vende dois únicos produtos – Cachaça Fina e Cachaça Pop – e para apurar os custos vai utilizar sistemática da departamentalização. Os gastos da empresa estão detalhados a seguir:

Gasto	Cachaça Fina (\$)	Cachaça Pop (\$)	Custos Indiretos (\$)
Matéria prima	4.000,00	5.000,00	
Embalagem	2.000,00	1.000,00	
Mão de obra	5.000,00	3.000,00	
Aluguel			3.000,00
Depreciação			1.000,00
TOTAL	11.000,00	9.000,00	4.000,00

A fábrica possui três departamentos: mistura, envasamento e manutenção, com as seguintes características:

	Mistura	Envasamento	Manutenção	TOTAL
Imobilizado (\$)	\$5.000,00	\$3.000,00	\$2.000,00	\$10.000,00
Área ocupada em m <sup>2</sup>	400	500	100	1.000

- Sabe-se que o departamento de manutenção dedica 40% do seu tempo para o departamento de envasamento e 60% para o departamento de mistura.
- No período analisado, foram produzidas 2.000 garrafas da cachaça Fina e 6.000 garrafas da cachaça Pop e cada garrafa de cachaça produzida utiliza o mesmo tempo de fabricação nos departamentos produtivos, independentemente do tipo de cachaça.

Com base nessas informações é correto afirmar que:

- a) o custo unitário da garrafa de cachaça Fina é de R\$5,00, enquanto da cachaça Pop é de R\$3,00.
  - b) se a empresa parar de produzir a cachaça Fina, que tem custos mais altos, não alterará no custo unitário da cachaça Pop.
  - c) se aumentar a quantidade produzida de cachaça Fina, a tendência é aumentar o custo de produção por unidade.
  - d) na departamentalização, primeiramente todos os custos são apropriados aos departamentos, para depois serem distribuídos aos produtos.
  - e) após o rateio dos custos de manutenção, o custo total do departamento de mistura é igual ao do departamento de envasamento.
38. Uma sociedade empresária Belém S/A apresenta no seu Ativo Não Circulante investimento em uma Subsidiária Integral (Cia. Paragominas). Em 31 de dezembro de 2010, foi apresentado o seguinte papel de trabalho para que fossem identificados os registros de eliminações e os saldos consolidados. Não existem lucros não realizados decorrentes de transações entre as companhias.

Contas	Controladora	Subsidiária	Eliminações		Saldos Consolidados
			Débito	Crédito	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>525.000</b>	<b>225.000</b>			
Caixa	75.000	85.000			
Clientes – Terceiros	150.000	40.000			
Clientes – Subsidiária	100.000	-			
Estoques	200.000	100.000			
<b>ATIVO Ñ CIRCULANTE</b>	<b>475.000</b>	<b>-</b>			
Investimento em subsidiária	125.000	-			
Imobilizado	350.000	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.000.000</b>	<b>225.000</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>450.000</b>	<b>100.000</b>			
Fornecedores – Terceiros	450.000				
Fornecedores – Controladora	-	100.000			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>550.000</b>	<b>125.000</b>			
Capital Social	500.000	125.000			
Reserva de Lucro	50.000				
<b>TOTAL DO P + PL</b>	<b>1.000.000</b>	<b>225.000</b>			

Assinale as afirmativas abaixo em Verdadeiro ou Falso, e a seguir marque a opção que contém a sequência correta.

- ( ) O Ativo Circulante consolidado reduziu em R\$100.000
- ( ) O Ativo Não Circulante consolidado é de R\$350.000
- ( ) O patrimônio Líquido é de R\$675.000
- ( ) O Ativo consolidado é de R\$1.225.000

A sequência correta é:

- a) F, V, F, V
- b) V, F, V, F
- c) V, V, F, F
- d) F, F, V, F
- e) F, F, V, V

**39.** A sociedade empresária "Parauapebas S/A" apresentou em seu Balanço Patrimonial, no grupo Passivo Circulante, a quantia de R\$1.000.000, a título de Dividendos Propostos e na Demonstração do Resultado, um Lucro do Período no valor de R\$4.000.000,00. Considerando que a sociedade investidora "Maracanã S/A" participa do Capital da "Parauapebas S/A" com um percentual de 10% apresentado no Ativo Não Circulante, da investidora esta participação na sociedade "Parauapebas S/A", classificada como investimentos avaliados pelo método de custo, o registro contábil desta mutação patrimonial na investidora, será:

- a** Débito: Dividendos Propostos a Receber \$400.000  
Crédito: Ganhos por Equivalência Patrimonial \$400.000
- b** Débito: Dividendos Propostos a Receber \$100.000  
Crédito: Receita de Dividendos \$100.000
- c** Débito: Dividendos Propostos a Receber \$100.000  
Débito: Investimentos \$300.000  
Crédito: Ganhos por Equivalência Patrimonial \$400.000
- d** Débito: Dividendos Propostos a Receber \$100.000  
Débito: Investimentos \$400.000  
Crédito: Ganhos por Equivalência Patrimonial \$500.000
- e** Débito: Dividendos Propostos a Receber \$100.000  
Crédito: Investimentos \$100.000

**40.** A Agroindústria Castanhal S/A, especialista no plantio e processamento de amêndoas de frutas da Amazônia, tem em seu imobilizado um equipamento adquirido, por R\$500.000,00 e tem depreciação acumulada de R\$100.000,00. Contudo, as informações coletadas pela empresa indicam que o valor em uso é de R\$450.000,00, enquanto que o valor justo, líquido da despesa de venda, é de R\$520.000,00. Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor recuperável do ativo é de:

- a** R\$500.000,00 pois dos R\$600.000,00 do preço de aquisição, já foi depreciado R\$100.000,00, não sendo necessário proceder a ajuste de valor recuperável.
- b** R\$450.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável negativo de R\$50.000,00.
- c** R\$450.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.
- d** R\$520.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável positivo de R\$20.000,00.
- e** R\$520.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

**41.** Quanto aos riscos da auditoria, assinale a alternativa correta.

- a** O auditor deve atestar e confirmar se as políticas contábeis utilizadas são apropriadas para o negócio.
- b** O auditor deve atestar se os sistemas de controles internos são apropriados para a realização da auditoria.
- c** O auditor deve obter entendimento das políticas contábeis utilizadas e se elas são apropriadas para o negócio.
- d** O auditor deve obter entendimento dos controles internos e atestar se eles são apropriados ao negócio.
- e** O auditor deve atestar se os sistemas de controles internos são apropriados para o negócio.

**42.** De acordo com a NBC TA 300, planejamento:

- a** não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo.
- b** é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo.
- c** é uma fase dinâmica da auditoria, e por isso deve ser integrado aos processos do auditado.
- d** é uma fase dinâmica da auditoria, e por isso deve ser interligada aos demais sistemas da entidade auditada.
- e** não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo conectado as atividades da entidade auditada.

- 43.** Considerando os termos da NBC TA 560, eventos subsequentes são:
- a** eventos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório.
  - b** eventos ocorridos até a data das demonstrações contábeis.
  - c** eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente.
  - d** eventos que chegaram ao conhecimento do auditor independente antes da data do seu relatório.
  - e** eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente e os fatos que chegaram ao seu conhecimento após a data do seu relatório.
- 44.** De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade- Técnica de Auditoria (NBC TA) 705, o auditor expressará uma opinião modificada sobre as demonstrações contábeis, quando ele concluir que:
- a** as demonstrações contábeis, apresentam distorções materiais.
  - b** as demonstrações contábeis, como um todo, apresentam distorções relevantes e materiais.
  - c** as demonstrações contábeis, como um todo, apresentam distorções relevantes.
  - d** as demonstrações contábeis, como um todo, apresentam distorções materiais.
  - e** as demonstrações contábeis, apresentam distorções relevantes.
- 45.** Quando da avaliação do resultado da amostragem em auditoria, o auditor deve avaliar:
- a** se o uso de amostragem de auditoria forneceu suficientes dados sobre a população a fim de possibilitar os testes necessários.
  - b** se o uso de amostragem de auditoria forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada.
  - c** se a utilização da técnica da amostragem, irá possibilitar, dentro de faixas padrões, fazer as inferências necessárias por parte do auditor.
  - d** se o uso de amostragem de auditoria forneceu uma base significativa sobre a população que foi testada.
  - e** se o uso de amostragem de auditoria forneceu uma base razoável para conclusões.
- 46.** Quanto as estimativas contábeis que geram riscos significativos o auditor deve avaliar:
- a** se as premissas adotadas pela administração são baseadas em normas e procedimentos de aceitação geral.
  - b** se as premissas usadas pela administração são razoáveis e tem bases estatísticas e matemáticas.
  - c** se as premissas usadas pela administração são razoáveis e tem bases estatísticas e matemáticas de aceitação universal.
  - d** se as premissas usadas pela administração são razoáveis.
  - e** se as premissas adotadas pela administração tem bases estatísticas e matemáticas.
- 47.** Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, assinale a alternativa correta.
- a** Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, não conhecedoras do negócio e dependentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
  - b** Valor justo é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.
  - c** Valor presente é o custo pelo qual um ativo pode ser vendido ou comprado, ou um passivo assumido entre partes interessadas, conhecedoras ou não do negócio de fatores que pressionem para a conclusão da transação ou que ensejem transação onerosa.
  - d** Valor presente é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
  - e** Valor presente é a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro, no curso normal das operações da entidade.

48. Quanto aos procedimentos de auditoria relacionados a "Fraudes", assinale a alternativa correta.
- a) Para operações atípicas o auditor deve avaliar se elas são justificáveis ou se possuem possibilidade de natureza fraudulenta.
  - b) Para operações atípicas o auditor deve avaliar se elas são justificáveis ou se possuem intenção fraudulenta.
  - c) Para operações normais o auditor deve avaliar se elas são justificáveis ou se possuem intenção fraudulenta.
  - d) Para operações atípicas o auditor deve avaliar se elas são justificáveis ou se possuem intenção de se locupletar do patrimônio de terceiros.
  - e) Para operações normais o auditor deve avaliar se elas são justificáveis ou se possuem possibilidade de desvios e roubos.
49. Em relação às representações formais da administração, assinale a alternativa correta.
- a) Para fins das normas de auditoria, representação formal é uma declaração escrita pela administração, fornecida ao auditor, para responsabilizar a administração.
  - b) Para fins das normas de auditoria, representação formal é uma declaração escrita pela administração, fornecida ao auditor, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria.
  - c) Para fins das normas de auditoria, representação formal é uma declaração escrita pelo auditor, fornecida ao administrador, para responsabilizar o auditor.
  - d) Para fins das normas de auditoria, representação formal é uma declaração escrita pelo auditor, fornecida ao administrador, para confirmar certos assuntos ou suportar outra evidência de auditoria.
  - e) Para fins das normas de auditoria, representação formal é uma declaração escrita pela administração, fornecida ao auditor, para atribuição de responsabilidade de ambos.

50. Quanto ao conceito de Auditoria Interna, constante das normas de auditoria, do Conselho Federal de Contabilidade, assinale a alternativa correta.
- a) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.
  - b) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo atestar a eficiência e eficácia dos controles internos da entidade.
  - c) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por finalidade atestar a eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos, contábeis e administrativos.
  - d) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por finalidade examinar a eficiência e eficácia dos controles internos e da contabilidade da entidade.
  - e) A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo examinar a eficiência e eficácia dos controles internos e da contabilidade da entidade.

Leia o texto I para responder à questão 51:

Texto I

**Fiscalização Tributária terá Posto Fiscal Eletrônico**

Mais rapidez e segurança à fiscalização do transporte de mercadorias destinadas ao Distrito Federal e que circulam pela região. Essa é a proposta do Posto Fiscal Eletrônico, novo programa de monitoramento de cargas que está sendo lançado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF). A proposta é verificar os produtos em trânsito, antes mesmo de chegarem ao destino, a partir da análise das informações da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) prestadas já no momento da emissão do documento, na origem. No ambiente virtual, será possível analisar o universo da nota e agregar bases de dados de outras instituições além da Fazenda, como da Receita Federal do Brasil, por exemplo. Além de acessar dados de ações anteriores para a verificação de riscos potenciais. (...)

Extraído de [http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/noticias/noticias\\_detalhe.cfm?co\\_seq\\_noticia=3461](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=3461)

51. A solução de TI que está relacionado ao texto é:
- a) a aquisição de novos ativos de rede
  - b) a construção de um portal colaborativo
  - c) a implantação de Governança em TI
  - d) a utilização de uma ferramenta de Business Intelligence
  - e) a construção de um portal corporativo

**52.** Sobre os portais corporativos correlacione os Requisitos aos Textos explicativos propostos abaixo:

Requisitos:

1. Fácil para usuários eventuais
2. Classificação e pesquisa
3. Compartilhamento colaborativo
4. Conectividade universal aos recursos informacionais
5. Acesso dinâmico aos recursos Informacionais

E textos explicativos:

- A. O portal deve permitir aos usuários publicar, compartilhar e receber informações de outros usuários. O portal deve prover um meio de interação entre pessoas e grupos na organização.
- B. Por meio de sistemas inteligentes, o portal deve permitir acesso dinâmico às informações nele armazenadas, fazendo com que os usuários sempre recebam informações atualizadas.
- C. Os usuários devem conseguir localizar e acessar facilmente a informação correta, com o mínimo de treinamento, não importando o local de armazenamento dessa informação.
- D. O portal deve ser capaz de indexar e organizar as informações da empresa. Seu mecanismo de busca deve refinar e filtrar as informações, suportar palavras-chave e operadores booleanos, e apresentar o resultado da pesquisa em categorias de fácil compreensão.
- E. O portal deve prover amplo acesso a todo e qualquer recurso informacional, suportando conexão com sistemas heterogêneos, tais como correio eletrônico, bancos de dados relacionais e multidimensionais, sistemas de gestão de documentos, servidores Web, groupware, sistemas de áudio, vídeo etc.

A alternativa que associa o requisito com o seu texto explicativo é:

- a 1 - A; 2 - C; 3 - D; 4 - E; 5 - B
- b 1 - E; 2 - A; 3 - D; 4 - B; 5 - C
- c 1 - B; 2 - C; 3 - A; 4 - D; 5 - E
- d 1 - C; 2 - E; 3 - B; 4 - A; 5 - D
- e 1 - C; 2 - D; 3 - A; 4 - E; 5 - B

Leia o Texto II para responder à questão 53.

Texto II

O cenário que se tem atualmente na empresa é de real necessidade de troca de um software, que reflete a aplicação de nível crítico para a vida da organização, pois trata-se do sistema tributário de um órgão público, que realiza todas as operações de pagamentos de impostos a recebimentos automáticos de retorno de arrecadação. A necessidade ocorreu devido à obsolescência tecnológica do sistema e seu banco de dados, no qual ainda trabalha sobre uma plataforma Z, uma tecnologia que caiu em desuso a muitos anos. Tal tecnologia configura-se em linguagem de programação e sistema gerenciador de banco de dados.

**53.** Realizada a análise do problema proposto no Texto II, constata-se as seguintes premissas:

- I. Adquirir de terceiros um novo sistema tributário, com banco de dados padrão SQL baseado em plataforma Windows.
- II. Utilizar da mão de obra interna do Departamento de Informática para migrar a tecnologia do sistema tributário para a tecnologia de banco de dados SQL baseado em plataforma Windows utilizando apoio de consultoria externa.

Realizando uma análise estratégica utilizando o framework SWOT, conclui-se que:

- a deverá ser feita a análise dos riscos e das restrições em ambas as premissas.
- b a análise dos pontos fortes e fracos deve ser feita na premissa I e na premissa II a análise dos riscos.
- c a análise dos pontos fortes e oportunidades deve ser feita na premissa I e dos pontos fracos e ameaças na premissa II.
- d a Análise dos pontos fortes deve ser feita somente na premissa I, enquanto que na premissa II deverá ser feita a análise dos pontos fracos, ameaças e riscos.
- e deve ser feita uma análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças em ambas as premissas.



**54.** As redes wireless caracterizam qualquer tipo de conexão para transmissão de informação sem a utilização de fios ou cabos. Sobre estas redes, analise as afirmativas abaixo:

- I. Dependendo da potência de transmissão dos Pontos de Acessos (também chamados de Access Point), uma rede wireless pode ter um alcance que ultrapasse os limites geográficos de uma determinada instituição, o que pode facilitar fraudes, usos indevidos e acessos não autorizados, portanto, devem ser implementadas medidas como o uso de autenticação e criptografia para evitar esses acessos não autorizados.
- II. Se o objetivo é aumentar o alcance da rede, o ideal é conectar os pontos de acesso usando cabos de rede e configurá-los para utilizar canais diferentes.
- III. O número máximo de clientes simultâneos suportados pelo ponto de acesso varia de acordo com o fabricante, mas não ultrapassando 30 clientes.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) II e III
- b) III
- c) I e II
- d) II
- e) I

**55.** Analisando as assinaturas digitais, verifique as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Assinatura Digital consiste na criação de um código, de modo que a pessoa ou entidade que receber uma mensagem contendo este código possa verificar se o remetente é mesmo quem diz ser e identificar qualquer mensagem que possa ter sido modificada.
- II. Se Cássio desejar enviar uma mensagem assinada para Márcio, ele codificará a mensagem com sua chave pública, gerando assim a assinatura digital, que será adicionada à mensagem enviada para Márcio. Ao receber a mensagem, Márcio utilizará a chave privada de Cassio para decodificar a mensagem.
- III. A Assinatura Digital é conhecida apenas pelo seu proprietário.

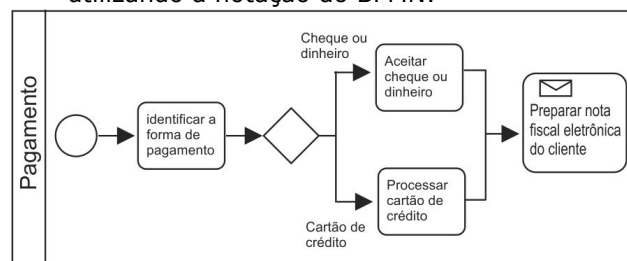
A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) I e II

**56.** Uma empresa em sua expansão verificou que existia a necessidade de ser realizada a duplicação de dados em arquivos separados como forma de contingência. Em relação aos conceitos de banco de dados, a duplicação de dados em arquivos separados é conhecida como:

- a) sistemas de gerenciamento de banco de dados
- b) relacionamento de dados
- c) entidades de dados
- d) integridade de dados
- e) redundância de dados

**57.** A figura abaixo representa o processo de pagamento de uma microempresa do ramo de vendas no município de Belém desenhado utilizando a notação do BPMN:



A leitura a ser feita do processo de pagamento representado acima é:

- a) após a identificação da forma de pagamento, o diagrama não possibilita que sejam verificadas as atividades posteriores pois a notação utilizada no símbolo  $\diamond$  não existe na notação BPMN, somente no diagrama de atividades da UML.
- b) não é possível reconhecer em que local o processo inicia, já que não existe nenhuma notação realizando esta informação, assim, não tem como ser descrito o processo.
- c) após a identificação da forma de pagamento, o cliente poderá realizar o pagamento, ou com cheque / dinheiro, ou com o cartão de crédito que deverá ser processado para que seja emitida a nota fiscal eletrônica. A indicação na última atividade é que esta nota fiscal terá que ser emitida no ato da venda e colocada em um envelope antes de entregar para o cliente.
- d) após a identificação da forma de pagamento, o cliente poderá realizar o pagamento, ou com cheque / dinheiro, ou com o cartão de crédito que deverá ser processado para que seja emitida a nota fiscal eletrônica. A indicação na última atividade é que esta nota fiscal será encaminhada por mensagem eletrônica.
- e) após a identificação da forma de pagamento, que obrigatoriamente deverá ser feita de duas formas: parte no cheque ou dinheiro e a outra parte no cartão de crédito que, após devidamente aceitados e processados será emitida a nota fiscal eletrônica que será entregue ao cliente no ato da venda.

- 58.** Dentro da perspectiva dos processos internos no modelo do Balanced Scorecard (BSC), a alternativa que melhor representa objetivos que devem ser alcançados na visão de Tecnologia da Informação é:
- a** rentabilidade dos serviços de TI e aumento do lucro das atividades de desenvolvimento de softwares.
  - b** disponibilidade de aplicações e da infraestrutura, melhoria no ciclo do tempo do desenvolvimento e qualidade das aplicações.
  - c** retenção de talentos, treinamento dos profissionais, certificações profissionais e satisfação dos empregados.
  - d** satisfação dos usuários com os serviços de infra-estrutura e também com as funcionalidades dos sistemas.
  - e** retorno do investimento dos projetos e receita vinda de soluções de TI.
- 59.** A empresa AUDITPA LTDA, iniciante no ramo de vendas em varejo, iniciou um projeto novo de TI, considerado crucial para alavancar novos negócios. Este projeto engloba várias áreas de atuação da mesma, indo desde a venda na loja até as vendas que serão realizadas pela *Internet*. Assim, o objetivo final é a integração de todos os seus processos como também a de todos os seus sistemas de informação em uma única plataforma tecnológica. Neste contexto, Márcio foi indicado pela empresa para ser o gerente do projeto juntamente com a equipe de TI e sabe que o início do projeto é crucial para o sucesso da atividade, prevendo também que, como indica o PMBOK, nesta etapa do ciclo de vida do projeto haverá:
- a** uma alta demanda de recursos, porém uma baixa demanda de custos.
  - b** uma alta demanda por tempo da equipe do projeto.
  - c** baixos custos e pouca demanda por recursos.
  - d** uma demanda por mudança.
  - e** uma demanda alta de recursos e também altos custos.
- 60.** Cassio, um gerente de projetos certificado PMP (Project Management Professional), foi selecionado para gerenciar um projeto crítico para a sua empresa. Quando ele estava definindo o escopo do projeto, o patrocinador disse que o projeto deve ser concluído no prazo de um ano ou a empresa vai perder a oportunidade de mercado. Cassio vai incluir isso na declaração do escopo do projeto como:
- a** identificação de alternativas
  - b** exclusões do projeto
  - c** restrições do projeto
  - d** entregas do projeto
  - e** critérios de aceitação do produto

